

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

LAYANNE COELHO ALBUQUERQUE

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: um estudo bibliométrico em periódicos de
administração no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014**

BRASÍLIA – DF

2014

LAYANNE COELHO ALBUQUERQUE

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: um estudo bibliométrico em periódicos de
administração no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis e
conclusão da disciplina Pesquisa em
Ciências Contábeis.

Professora Orientadora: Rosane Maria
Pio da Silva

Brasília – DF

2014

Albuquerque, Layanne Coêlho.

Orçamento Participativo: um estudo bibliométrico em periódicos de administração no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014/ Layanne Coêlho Albuquerque. - Brasília, 2014. – 37f.

Monografia – Universidade de Brasília, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, 2014.

Orientadora: Prof.^a Rosane Maria Pio da Silva, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais.

1. Controle Social. 2. Orçamento Público. 3. Orçamento Participativo. I. Título.

LAYANNE COELHO ALBUQUERQUE

**ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: um estudo bibliométrico em periódicos de
administração no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao
Departamento de Ciências Contábeis e
Atuariais da Faculdade de Economia,
Administração e Contabilidade, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Ciências Contábeis e
conclusão da disciplina Pesquisa em
Ciências Contábeis.

Professora Orientadora: Rosane Maria
Pio da Silva

Profa. Rosane Maria Pio da Silva
Professora Orientadora

Prof. Edmilson Soares Campos
Professor Examinador

Brasília – DF
2014

Aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, incentivaram os meus estudos e me deram força para nunca desistir.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por sempre permanecer ao meu lado guiando os meus passos;

Aos meus pais, por todo amor e carinho;
A Prof.^a Rosane Maria Pio, por ter me orientado neste trabalho;

Às minhas queridas amigas Bárbara e Jaqueline, pela ajuda, e pela enorme paciência e dedicação na leitura deste trabalho;

Ao meu namorado Artur, por todo o companheirismo e carinho.

Aos meus familiares e amigos, por estarem sempre ao meu lado.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo demonstrar o panorama da produção científica sobre o tema “Orçamento Participativo”, utilizando uma abordagem bibliométrica. Foram analisados periódicos de Administração, que possuem Qualis igual ou superior a B3, assim avaliados pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Analisou-se 70 periódicos entre 2001 e 2014, dos quais 12 continham estudos sobre o tema em questão, onde foram identificados 20 artigos com alguma abordagem relativa ao tema “Orçamento Participativo”. É muito importante a publicação de artigos porque contribui diretamente para disseminar conhecimento científico tanto dentro das instituições como para a sociedade em geral. As informações extraídas foram os autores, as instituições de origem, titulação, enquadramento do estudo, entre outras. Os principais resultados obtidos apontaram que a grande maioria dos autores dos artigos publicou apenas uma vez no período analisado. O periódico Revista Administração Pública e Gestão Social apresentou a maior parte das publicações, com 25% do total dos artigos. Dentre os autores 12% declarou vínculo com a Fundação Getúlio Vargas, que possui um programa próprio em Administração Pública. Em relação ao gênero dos autores, 61% é do gênero masculino. Por fim, em relação à natureza da pesquisa, prevaleceu (75%) a pesquisa do tipo qualitativa.

Palavras-chave: Controle Social. Orçamento Público. Orçamento Participativo.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Percentual de Autores por Gênero.....	28
Gráfico 2: Titulação dos Autores.....	29
Gráfico 3: Enquadramento do Estudo.....	32
Gráfico 4: Natureza da Pesquisa.....	33
Gráfico 5: Percentual de Artigos por Estrato do Periódico.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A difusão do OP dentre cidades com mais de 500.000 habitantes.....	18
Quadro 2: Relações dos Periódicos e Número de Artigos.....	24
Quadro 3: Distribuição Anual dos Artigos.....	25
Quadro 4: Autores e Número de Publicações.....	26
Quadro 5: Instituições de Origem Declaradas pelos Autores.....	28
Quadro 6: Autores mais Citados no Referencial Teórico dos Artigos da Amostra.....	31

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Considerações iniciais.....	11
1.2 Problemática	13
1.3 Objetivos	13
1.3.1 <i>Objetivo geral</i>	13
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i>	13
1.4 Justificativa	13
1.5 Delimitação da pesquisa	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Orçamento Público	15
2.2 Orçamento Participativo	16
2.3 Algumas Experiências no Brasil	19
2.3.1 <i>Porto Alegre</i>	19
2.3.2 <i>Distrito Federal</i>	20
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	23
4.1 Sobre os Periódicos	23
4.2 Sobre os Autores.....	25
4.3 Sobre os Procedimentos Metodológicos	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 Considerações iniciais

As políticas que visavam a uma inovação se difundiram por regiões, países e pelo mundo. O fato de nos anos 30 terem sido ampliados os regimes democráticos contribuiu para que instituições de formulação oferecessem aos cidadãos acesso direto às decisões (WAMPLER, 2008).

Evangelista (2010) afirma que quando a população atua defendendo interesses coletivos perante a Administração Pública, isso é Controle Social. Esse e a transparência andam lado a lado, ou seja, as informações disponíveis contribuem para instrumentalizá-lo. É por meio de um controle social eficiente que é possível oferecer melhores serviços e maior qualidade de vida para a população.

Bravo e Correia (2012) afirmam que, desde o período da redemocratização, nos anos 80, o Controle Social tem sido utilizado como sinônimo de controle da sociedade civil sobre as ações do Estado, especialmente em relação às políticas sociais. Utilizar a expressão Controle Social, nesse sentido, só foi possível porque estava ocorrendo lutas políticas pela democratização do país frente ao Estado autoritário, inserido a partir da ditadura militar.

A Constituição Brasileira de 1988, além de todos os direitos colocados à disposição do cidadão, apresentou uma inovação, que foi a participação popular. Pode-se dizer que a participação popular acontece quando o cidadão age no interesse da coletividade. A partir do momento que o cidadão acompanha, participa, opina e compartilha da gestão e da fiscalização dos gastos tem-se o Controle Social (EVANGELISTA, 2010).

O processo de elaboração e execução dos orçamentos é controlado por pessoas dos órgãos da administração pública e os procedimentos são realizados por meio da tecnologia, chamada nesse caso de “tecnoburocracia”. Já o processo do orçamento participativo é visto como uma grande inovação da gestão pública porque tenta alterar essas práticas, buscando mecanismos de democracia e transparência (FEDOZZI, 2001).

Para Fedozzi (2001), foi no final da década de 70 e no início dos anos 80, que a cidade de Porto Alegre começou a reagir às práticas de autoritarismo por meio dos movimentos populares.

Os chamados Orçamentos Participativos (OPs) são uma experiência de gestão local considerada inovadora, baseada na representação política e na participação da população surgidos ainda em um contexto autoritário. Nessa época muitas experiências importantes de gestão participativa surgiram, mas foi em Porto Alegre, em 1989, que se desenvolveu a experiência de participação popular considerada mais bem-sucedida (FEDOZZI, 2001).

Para Abers (2007), esse tipo de orçamento surgiu com o Partido dos Trabalhadores, nas eleições de 1988, quando o partido estava no auge da sua ascensão e queria provar que o seu estilo de governar seria diferente dos demais. No entanto, não foi simplesmente esse novo governo que impulsionou o orçamento participativo, e sim a necessidade da sociedade civil em participar efetivamente do governo.

Segundo Abers (2007), há uma característica comum em vários governos brasileiros que é mudar parte da administração existente conforme seus próprios interesses. Assim, a adoção do orçamento participativo tornou-se uma nova forma de governo participativo, em que a população passou a participar mais ativamente. Por ter sido uma experiência de sucesso, com ampla participação popular, os demais governos da cidade de Porto Alegre optaram por manter esta forma de governar. Após a implantação desta primeira experiência outros municípios optaram por permitir a participação popular na definição de aplicação dos recursos públicos, ampliando o Orçamento Participativo entre os cidadãos brasileiros.

Assim, com o objetivo de conhecer o panorama da produção científica sobre ‘Orçamento Participativo’, este trabalho se apresenta como um estudo bibliométrico, com ênfase na produção científica dos últimos 13 anos, em periódicos de Administração avaliados em Qualis igual ou superior a B3 pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

Para o alcance deste objetivo, o trabalho está dividido da seguinte forma: Referencial Teórico, no qual se apresenta uma breve introdução sobre Orçamento Público, seguido do conceito de OP, seu desenvolvimento histórico e o exemplo de Porto Alegre, que foi o berço desse tipo de orçamento e do Distrito Federal onde tem peculiaridades significativas. Em seguida, serão apresentados os aspectos Teórico-Metodológicos onde estão relatados os procedimentos para o alcance dos objetivos propostos e, então, os resultados encontrados. Por fim as Considerações Finais, onde estão apresentadas as considerações acerca do trabalho, bem como as contribuições encontradas.

1.2 Problemática

Considerando a relevância do tema, o presente trabalho tem como questionamento: Qual a produção científica acerca do tema Orçamento Participativo, no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014 em periódicos de Administração?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é apresentar um estudo bibliométrico das publicações relacionadas ao tema “Orçamento Participativo” em periódicos nacionais de administração com Qualis maior ou igual a B3 no período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014.

1.3.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são os caminhos para alcançar o objetivo geral, sendo:

- a. Apresentar as características gerais dos artigos da amostra, tais como: autores, instituições de origem, titulação, enquadramento de estudo, entre outros dentro do marco temporal proposto;
- b. Apresentar as instituições e autores mais produtores no período em questão;
- c. Elencar as metodologias mais utilizadas nos artigos e assim apresentar um panorama geral dos estudos.

1.4 Justificativa

O periódico é um meio muito utilizado na publicação do conhecimento científico, o que permite que a sociedade possa ter acesso a essas informações e impede que os estudos fiquem restritos ao ambiente acadêmico.

Sendo assim, por meio deste trabalho será possível observar os artigos que tratam do tema orçamento participativo, os seus autores, as instituições de origem desses autores, qual gênero prevalece nos artigos, enfim todas as características necessárias que estão nos artigos e, com isso, verificar a trajetória do conhecimento científico nessa área e o estado da arte atual.

1.5 Delimitação da pesquisa

O presente trabalho busca verificar qual a produção científica acerca do tema “Orçamento Participativo”, em periódicos de Administração. Para isso, foram analisados os artigos dos periódicos de Administração, visto a proximidade do tema com a Administração Pública. Dessa forma, foram analisadas as publicações, no período de 2001 a 2014, o que determinou uma amostra composta por 12 periódicos, de um total de 70 investigados.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Orçamento Público

No Manual Técnico de Orçamento da Secretaria de Orçamento Federal (BRASIL, 2012) pode-se encontrar uma definição sobre orçamento, sendo declarado como o fluxo de ingressos e aplicações previsto em um período em qualquer entidade, seja ela da iniciativa pública ou privada, uma forma de instrumento de planejamento.

Segundo Felgueiras (2007) o Orçamento Público é um instrumento que o poder público utiliza para expressar em todas as esferas o seu plano de atuação. Por meio da discriminação das origens e montantes que serão obtidos e dos dispêndios que serão realizados.

Matias-pereira (2009) declara que a administração pública aceita o Orçamento Público como um instrumento para reavaliar os fins e os objetivos do governo por meio do controle e do planejamento.

Para Giacomoni (2005), o Orçamento Público pode ser caracterizado por apresentar diversos aspectos: contábil, jurídico, político, econômico, financeiro, administrativo etc. Ele afirma que hoje o Orçamento Público apresenta um novo conceito bem diferente do que ele tinha no passado, isso se deve ao fato de que as suas funções também passaram por mudanças significativas.

De acordo com Fedozzi (2001), o processo de elaboração e execução dos orçamentos é controlado por pessoas dos órgãos da administração pública e os procedimentos são realizados por meio da tecnologia, chamada nesse caso de “tecnoburocracia”. Já o processo do Orçamento Participativo é visto como uma grande inovação da gestão pública porque tenta alterar essas práticas, buscando mecanismos de democracia e transparência.

Giacomoni (2005) comenta que o Orçamento Público, em sua história, pode ser dividido em dois períodos importantes: tradicional e moderno. O orçamento chamado de tradicional apresenta uma característica marcante: o Controle Político, onde os órgãos de representação exerciam um controle sobre os executivos. As despesas e as receitas eram colocadas de modo a se equilibrarem. Outra característica que deve ser evidenciada é o aspecto econômico do orçamento, em que o volume do gasto público em termos econômicos não tinha uma representação significativa.

Já o orçamento moderno veio para atender as demandas que o então orçamento vigente não conseguia. Os executivos governamentais buscavam uma forma econômica

eficiente, poupando lucros para desenvolver projetos que beneficiariam o governo. A fórmula de prever a receita e estimar a despesa já não poderia ser resumida como o orçamento em si, pois deveria representar algo mais. Seria um relatório, uma proposta, uma estimativa apresentada a uma autoridade com poderes para criar fontes de renda e fazer a concessão de créditos. Existia uma reforma orçamentária que buscava orçamentos públicos constituídos de instrumentos de administração para auxiliar o Executivo na programação, execução e controle (GIACOMONI, 2005).

2.2. Orçamento Participativo

Fedozzi (2001), afirma que os chamados Orçamentos Participativos (OPs) são uma experiência de gestão local considerada inovadora que é baseada na representação política e na participação da população. O tema sobre a gestão participativa surgiu desde a década de 70, mesmo em meio a um contexto autoritário. Nessa época muitas experiências importantes de gestão participativa surgiram, mas foi em Porto Alegre, em 1989, que se desenvolveu a experiência de participação popular mais bem-sucedida.

Segundo Pires (2001), o Orçamento Participativo foi mais um passo em busca de aperfeiçoar politicamente o País, onde a população organizada passa a ter voz ativa no que se refere à receita e a despesa do governo. Por meio do Orçamento Participativo, a população exerce o seu dever e o seu direito na definição das ações governamentais. Com isso ela vai adquirindo conhecimento no que se refere às várias demandas do governo e a sua escassez de recursos, e o governo começa a analisar outros pontos de vista que não o seu.

Para o Banco Mundial, pode-se definir o Orçamento Participativo como um processo em que as demandas e as prioridades são apresentadas pela população. Com a influência dos cidadãos, por meio de discussões e negociações ocorre a decisão de onde o recurso será investido, ele foi criado em 1989 em Porto Alegre (BHATNAGAR et alli, 2003).

Para Abers (2007), esse tipo de orçamento surgiu depois do PT nas eleições em 1988, esse partido estava no auge da sua ascensão e queria provar que o seu estilo de governar seria diferente dos outros governos. Porém, não foi simplesmente esse novo governo que impulsionou o orçamento participativo, mas também a necessidade da sociedade civil em participar efetivamente do governo. Há uma característica comum em vários governos brasileiros que é mudar parte da administração existente conforme seus próprios interesses. Vale ressaltar que o orçamento participativo por mais que tenha sido lentamente, tornou-se

uma nova forma de governo participativo. Mesmo depois que o governo do PT saiu do poder, por essa forma de governo ter dado certo o novo governo ficou receoso em modificar.

De acordo com Sintomer, Herzberg e Röcke (2007), o Orçamento Participativo pode ser considerado como um dos instrumentos de participação mais bem sucedidos dos últimos 15 anos. Inventado na América Latina, espalhou-se rapidamente por todo o mundo. Na Europa, com mais destaque para os países do oeste europeu, os Orçamentos Participativos surgiram simultaneamente. Grandes cidades, como Sevilla na Espanha com mais de setecentos mil habitantes, ou distritos de capitais como Londres, Paris, Roma e Berlim no final de 2005 já estavam adotando esse tipo de orçamento.

Sintomer, Herzberg e Röcke (2007), realizaram uma pesquisa comparativa e perceberam que conceituar o Orçamento Participativo não é uma tarefa fácil. Cada cidade possui características próprias, por isso reagem de forma diferente a implementação do orçamento, o que requer diferentes medidas. Os autores estabelecem cinco critérios que devem ser utilizados no orçamento participativo:

1. Pela escassez de recursos, deve ser levada em conta a questão orçamentária e financeira do local;
2. Deve-se ter uma relação das cidades ou distritos, com um grupo eleito que possua poder sobre a administração;
3. Para que se tenha orçamento participativo é necessário ter reuniões frequentes;
4. Na pauta das reuniões é necessário que ocorra deliberação dos cidadãos.
5. É importante que o resultado do processo seja contabilizado.

Spada (2009) menciona que o Orçamento Participativo tem como característica estabelecer uma ligação entre o orçamento e o processo participativo. Porque o orçamento propriamente dito é comumente decidido por pessoas ligadas ao governo enquanto que o Orçamento Participativo tem o propósito de incluir os cidadãos nesse processo.

Segundo Sintomer, Herzberg e Röcke (2007), essa forma de orçamento foi inventado em Porto Alegre. Depois disso foi importado e adaptado para realidades, como nas cidades de Sevilla na Espanha, Berlim na Alemanha, ou Plock na Polônia.

Os autores acima mencionados afirmam que a realidade brasileira é diferente da de outros países. O Brasil é um dos que sofre com o problema de renda e suas instituições democráticas, garantidas na constituição, não operam como deveriam. Isso acontece, conforme os autores, porque a política e a administração são caracterizadas pela corrupção e

pelo clientelismo. Além disso, é comum que os políticos precisem da economia e comprem votos com promessas de recompensas futuras.

No entanto, a cidade de Porto Alegre se difere um pouco dessa tradição. Pode-se considerar a qualidade de vida dessa cidade como acima da média de outras cidades brasileiras, e, conforme Sintomer, Herzberg e Rocke (2007), o Orçamento Participativo teria contribuído para isso. No caso de Porto Alegre, o Orçamento Participativo ajudou em algumas prioridades como: assistência médica em áreas pobres, o aumento do número de escolas e pré-escolas, e a maioria das casas agora conta com serviço de saneamento básico. Diversos autores analisaram o Orçamento Participativo de Porto Alegre como um exemplo da melhor prática de administração local (SINTOMER, HERZBERG E ROCKE, 2007).

Depois de passados 13 anos da sua implantação, alguns pesquisadores afirmam que o Orçamento Participativo passa por uma queda na sua estrutura, devido as mudanças de governo. Com isso a influência da população nas decisões foi afetada porque o plano orçamentário costuma chegar para os cidadãos poucos dias antes das reuniões deliberativas, o que afeta a participação popular nas decisões (SPADA, 2009).

Quadro 1: A difusão do OP dentre cidades com mais de 500.000 habitantes

	1989-1992	1992-1996	1996-2000	2000-2004	2004-2008
Número de cidades implementando o OP	11	33	68	138	132
Cidades que iniciaram o Orçamento Participativo pela primeira vez	11	26	51	99	65
Cidades com 4 anos de adoção do OP	0	7	11	27	41
Cidades com 8 anos de adoção do OP	0	0	6	8	16
Cidades com 12 anos de adoção do OP	0	0	0	4	6
Cidades com 16 anos de adoção do OP	0	0	0	0	4
Cidades que abandonaram o OP	0	4	16	29	71
Cidades com a população maior que 50.000 habitantes em 2004	562	562	562	562	562

Fonte: Spada (2009), tradução nossa.

Dentre os períodos de tempo mostrados pelo autor, podemos perceber que o número de cidades implementando o orçamento participativo cresceu significativamente do primeiro período ao quarto, sofrendo um decréscimo no quinto período. No período de 2004-2008 pela primeira vez o número de cidades abandonando o orçamento participativo foi maior que o número de cidades adotando.

Diante disso, serão apresentadas a seguir duas experiências sobre o orçamento participativo.

2.3. Algumas experiências no Brasil

2.3.1. Porto Alegre

Segundo dados do ano de 2013 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, a cidade de Porto Alegre possui 1.467.816 pessoas. Para Fedozzi (2001), foi no final da década de 70 e no início dos anos 80, que a cidade de Porto Alegre começou a reagir às práticas de autoritarismo por meio dos movimentos populares.

De acordo com Sintomer, Herzberg e Röcke (2007), em Porto Alegre, o orçamento funciona conforme 3 princípios. O primeiro é o que estabelece que a cidade deve ser dividida em dezesseis distritos e em cada um deve ocorrer uma assembleia com os cidadãos. O objetivo desse princípio é conhecer as necessidades dos locais onde o dinheiro será utilizado e, a partir desse fato, eleger representantes que sigam o que for decidido priorizando a educação, a saúde, a cultura, etc.

O segundo princípio relaciona-se à justiça social. Por meio desse princípio o dinheiro disponibilizado será investido levando-se em consideração o número de habitantes, a infraestrutura do local e a lista de prioridades já existente. Dessa forma, é possível analisar qual área está precisando de investimento.

O terceiro princípio refere-se ao controle dos cidadãos, especificamente falando. Tal controle se dá por meios de conselhos, cujos membros são eleitos durante as assembleias distritais. Um exemplo seria o Conselho do Orçamento Participativo que se reúne semanalmente com a finalidade de observar se as prioridades dos distritos foram levadas em consideração.

Os participantes das assembleias do Orçamento Participativo, segundo Krenjova e Raudla (2013), podem ser: pessoas de diferentes níveis sociais (ex: aposentados, estrangeiros, e etc.), associações, pessoas que participam ativamente no Orçamento Participativo, mas sem vínculo associativo e pessoas aleatoriamente escolhidas por amostragem.

Para Krenjova e Raudla (2013), existem também diferentes métodos de escolha dos participantes: auto seleção, escolha de um público alvo, cidadãos aleatoriamente selecionados e etc.

2.3.2. Distrito Federal

Segundo informa o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística-IBGE, a capital do Distrito Federal conta com uma população de 2.789.761 pessoas.

De acordo com Carvalho e Miller (1998), a experiência do Orçamento Participativo no Distrito Federal foi implantado em 1995. Isso ocorreu em resposta às propostas formuladas pelos movimentos organizados dos nascidos nas cidades-satélites e também como resposta ao processo de exclusão social.

O Decreto nº 33.712 de junho de 2012, descreve o Orçamento Participativo e menciona que seu conceito é o da população participando diretamente na definição das prioridades executadas no que se refere às despesas em investimentos e serviços públicos.

Segundo informações do *site* do Orçamento Participativo do Governo do Distrito Federal, o OPDF apresenta uma metodologia que foi implantada baseada em uma concepção de participação popular que diverge do autoritarismo e do paternalismo-clientelista. Essa metodologia visa fortalecer a democracia participativa, contribuindo para que população tenha mais poder no que se refere a definição das políticas públicas, que têm reflexo direto nas suas vidas (DISTRITO FEDERAL, s.d.).

A metodologia indica que a participação se dará através da realização de Plenárias Públicas, de reuniões dos Fóruns de Delegados das Cidades, do Conselho do Orçamento Participativo do Distrito Federal - COP, da Comissão de Liberação de Recursos - CLR e da Comissão de Licitação e Obras - CALO. Este ciclo se propaga ao longo de dois anos com atividades permanentes. Essa metodologia foi construída em conjunto com a Coordenadoria das Cidades, que é ligada à Casa Civil da Governadoria do Distrito Federal juntamente com a Secretaria de Planejamento e Orçamento e teve a participação e a contribuição de Delegados eleitos e das equipes indicadas pelos órgãos do governo (DISTRITO FEDERAL, s.d.).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando a pergunta realizada e os objetivos deste trabalho, a presente pesquisa se caracteriza como um estudo bibliométrico. Conforme Araújo (2006), a bibliometria consiste em uma técnica para medir os índices de produção e disseminação do conhecimento científico.

Para Licório, Siena e Almeida (2013, p.1):

A Bibliometria é o caminho que nos permite identificar inúmeras informações como número de autores que se dedicam ao estudo do tema, número de produção específica, por autor, número de estudos produzidos, utilidade, espaços geográficos, periódicos que se dedicam a essa publicação de cada categoria de produtividade, bem como o que mais se desejar conhecer.

Quanto ao recorte metodológico, o estudo foi temporal (referente ao período de janeiro de 2001 a janeiro de 2014) e amostral (referente aos periódicos de administração classificados em Qualis igual ou superior a B3). Foram selecionados 70 periódicos de administração, mas apenas 12 continham estudos sobre o tema. São periódicos de nível superior maior ou igual à Qualis B3 no *ranking* da CAPES. Sobre esse *ranking* vale mencionar que a produção científica no Brasil é determinada por uma classificação de qualidade de produção intelectual, que é estabelecida por uma comissão especial de avaliação CAPES, que é o sistema Qualis. Esta classificação de periódicos é realizada por áreas, cuja atualização acontece anualmente e cujos periódicos são enquadrados em extratos indicativos da qualidade: A1, o mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5; C – com peso zero.

Para identificação dos artigos que tratassem do assunto em questão, utilizou-se da busca pela expressão “Orçamento Participativo” no Título, no Resumo ou nas Palavras-Chave de todos os 70 periódicos selecionados. Desse total, foram separados 12 que continham artigos tratando do tema em questão, dos quais foram identificados 20 artigos. A coleta de dados aconteceu no período de abril a maio de 2014 em seus respectivos *sites*.

Depois do arquivamento dos artigos, consultou-se um a um para obter as principais informações. Para tal, foi criada uma planilha no Excel para cada periódico e inseridos dados como o Nome dos Periódicos; Ano de Publicação dos Artigos; Nome dos Autores dos Artigos, Instituição de Origem dos Autores, Gênero dos Autores, Titulação dos Autores, Autores mais Citados no Referencial Teórico, Enquadramento do Estudo, ou seja, se

o artigo analisado é do tipo empírico, teórico ou teórico-empírico e sua qualificação Qualis Capes.

A qualificação Qualis Capes foi obtida por meio de uma consulta no portal WebQualis, onde a busca foi realizada ora pelo nome do periódico ora pelo seu ISSN.

Todos os dados foram consolidados em uma tabela dinâmica no Excel, com esta planilha, foi possível a elaboração de várias tabelas que buscam atender o objetivo do trabalho e, a partir delas, a construção de gráficos utilizados na análise dos resultados.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, apresentarei os dados coletados, conforme exposto na abordagem metodológica, e realizarei sua análise. Para tanto, ela foi separada nas seguintes seções: sobre os periódicos, sobre os autores e sobre os procedimentos metodológicos.

4.1. Sobre os Periódicos

Foram selecionados 70 periódicos, dos quais 12 continham artigos sobre o tema em questão. Os periódicos que possuem uma maior participação na amostra são: Administração Pública e Gestão Social com 25%, Revista de Administração Contemporânea (RAC) com 10%, assim como a Revista de Administração de Empresas (RAE), Desenvolvimento em Questão (unijui) e Gestão e Sociedade (UFMG), todas empatadas.

Mesmo que alguns periódicos estejam relacionados a programas de pós-graduação *stricto-sensu*, tais como os Cadernos EBAPE, da Fundação de Getúlio Vargas, e Gestão e Sociedade (UFMG), que possuem programas específicos de Administração Pública, o número de publicações é surpreendentemente baixo representando apenas 5% dos artigos encontrados em 13 anos de investigação.

O periódico que mais tem publicações é a Revista Administração Pública e Gestão Social, que segundo a CAPES, possui Qualis igual a B3, isso pode ter sido um fator que tenha contribuído para a quantidade de artigos encontrados já que a publicação em periódicos avaliados em Qualis igual a B3 não é tão difícil.

Segundo informações coletadas no site do periódico, o público-alvo são estudantes, professores, pesquisadores, gestores públicos e gestores sociais que se interessam e se preocupam com a disseminação rápida do conhecimento em Administração e que tenham relação com os temas: Gestão Pública, Políticas Públicas, Contabilidade e Finanças Públicas, Planejamento Governamental, Desenvolvimento Regional, Estado, Governo e Sociedade, Terceiro Setor, Cooperativismo e Associativismo, Economia do Setor Público, Demografia e Meio Ambiente, Saúde Pública e Qualidade de Vida, Turismo na Esfera Pública, inovação e Desenvolvimento Local, Organizações Públicas e Educação, Territórios e Governança, Coprodução de Serviços Públicos e Bem Comum. A Revista Administração Pública e Gestão Social é um periódico brasileiro que publica trimestralmente, trabalhos científicos e tecnológicos. Possui a missão de difundir de forma gratuita para a comunidade científica, conhecimentos sobre Administração Pública e Gestão Social.

Quadro 2: Relação dos Periódicos e Número de Artigos

	Periódicos	Quantidade	%
1	Revista Administração Pública e Gestão Social	5	25%
2	RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)	2	10%
3	RAE - Revista de Administração de Empresas	2	10%
4	Desenvolvimento em questão (Unijuí)	2	10%
5	Gestão e Sociedade (UFMG)	2	10%
6	BBR. Brazilian Business Review (English Edition. Online)	1	5%
7	Revista de Administração Pública (Impresso)	1	5%
8	Cadernos EBAPE.BR (FGV)	1	5%
9	Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	1	5%
10	REGE Revista de Gestão	1	5%
11	Cadernos Gestão Pública e Cidadania	1	5%
12	Planejamento e Políticas Públicas	1	5%
	Total	20	100%

Fonte: dados da pesquisa.

A partir dos 12 periódicos encontrados foi possível observar a trajetória anual de publicações, verificando-se os anos que tiveram maior e menor produção.

Assim, o período de tempo compreendido entre 2001 a 2004 foi o que apresentou a menor quantidade de artigos em relação aos outros períodos, com apenas 3 artigos. Esse fato surpreende porque esse período é o mais próximo do ano de 1989, quando foi implantado o Orçamento Participativo em Porto Alegre. Os demais períodos apresentaram uma quantidade média de artigos, variando entre 8 e 9, sendo o período de 2010 a 2014 o que apresentou a maior quantidade, com 9 artigos no total. A partir desses dados é possível considerar que o conhecimento científico precisa de um tempo de maturação. Ao que parece isso pode ser explicado pelo período de tempo com a maior quantidade de artigos publicados que é o período de 2010-2014, ou seja, duas décadas depois da implantação do Orçamento Participativo é que ocorreu um maior interesse no tema. O Quadro 3 apresenta a trajetória, conforme explicado:

Quadro 3: Distribuição Anual dos Artigos

Periódicos Nacionais	2001-2004	2005-2009	2010-2014	Total
Administração Pública e Gestão Social	0	1	4	5
RAC. Revista de Administração Contemporânea (Online)	2	0	0	2
RAE - Revista de Administração de Empresas	0	1	1	2
Desenvolvimento em questão (Unijuí)	1	1	0	2
Gestão e Sociedade (UFMG)	0	1	1	2
BBR. Brazilian Business Review (English Edition. Online)	0	0	1	1
Revista de Administração Pública (Impresso)	0	1	0	1
Cadernos EBAPE. BR (FGV)	0	0	1	1
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	0	1	0	1
REGE Revista de Gestão	0	1	0	1
Cadernos Gestão Pública e Cidadania	0	0	1	1
Planejamento e Políticas Públicas	0	1	0	1
Total	3	8	9	20

Fonte: dados da pesquisa.

4.2. Sobre os Autores

Em relação aos autores dos artigos sobre Orçamento Participativo, foi possível perceber que a maioria publicou apenas uma vez. Do total de 36 autores encontrados, apenas 2 autores possuem mais de 1 artigo publicado no período analisado: Hemerson Luiz Pase e Carlos Eduardo Facin Lavarda.

Conforme informações do Currículo Lattes da Plataforma do CNPq, o autor Hemerson Luiz Pase possui doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é professor adjunto da Universidade Federal de Pelotas. Possui experiência na área de Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política, atuando principalmente nos temas: capital social, desenvolvimento, políticas públicas, cultura política e desenvolvimento.

Já o autor Carlos Eduardo Facin Lavarda, é coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau, é doutor em Contabilidade pela Universidade de Valência na Espanha, e as linhas de pesquisa que segue são: Planejamento e Controle Organizacional e Contabilidade Gerencial. Esse autor foi revisor de diversos periódicos dentre eles: Base (UNISINOS), ABCustos (São Leopoldo, RS), Revista de Contabilidade e Organizações, Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, Contabilidade Vista & Revista.

Ambos os autores tem interesses relacionados ao tema "Orçamento Participativo", explicação que justifica serem os mais publicados na área. No caso do primeiro

ele também possui doutorado em Ciência Política, apresenta como linhas de pesquisa: Planejamento e Controle Organizacional e Contabilidade Gerencial. Já o segundo autor, é bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq-nível 2 e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis.

Por outro lado, o fato de todos os demais 34 autores terem publicado apenas um artigo no período analisado, nos leva a inferir sobre a possibilidade do tema “Orçamento Participativo” estar sendo abordado, em sua maioria, por ‘estudiosos de passagem’, ou seja, estudiosos que não são pesquisadores recorrentes no assunto. Um outro motivo para esse dado pode ser a relação com o recorte de tempo e de periódicos da amostra, o que determina uma delimitação do estudo. O que se pode sugerir é que, dentro da amostra nos periódicos de Administração, o tema Orçamento Participativo não é um tema de especialistas.

Quadro 4: Autores e Número de Publicações

	Autores	Frequência
1	PASE, Hemerson Luiz	2
2	LAVARDA, Carlos Eduardo Facin	2
3	ERIG, Ricardo	1
4	ANTUNES, José Antonio Valle Júnior	1
5	RAIMUNDINI, Simone Leticia	1
6	CARNEIRO, Ricardo	1
7	BRASIL, Flávia de Paula Duque	1
8	ALMEIDA, Mariana Eugenio	1
9	BARBOSA, Thiago Pinto	1
10	ARAÚJO, Richard Medeiros	1
11	MAIA, Jorge Morais	1
12	MACÊDO, Francisca Francivânia Rodrigues Ribeiro	1
13	PINHEIRO, Lauro Santos	1
14	CANÇADO, Airton Cardoso	1
15	ALMEIDA, Dalci Mendes	1
16	ALLEBRANDT, Sérgio Luís	1
17	SIEDENBERG, Dieter Rugard	1
18	SAUSEN, Jorge Oneide	1
19	DECKERT, Cristiele Tomm	1
20	COSTA, Danielle Martins Duarte	1
21	CKAGNAZAROFF, van Beck	1
22	CARVALHO, Cesar Machado	1
23	ARAUJO, Geraldo Jose Ferraresi de	1
24	SAMPAIO, Rafael Cardoso	1
25	MISOCZKY, Maria Ceci A	1
26	SPINK, Peter	1
27	FERNANDES, Valdir	1
28	SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce	1
29	CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da	1
30	COELHO, Taiane Ritta	1
31	POZZEBON, Marlei	1
32	FRANZESE, Cibebe	1
33	PEDROTI, Paula Maciel	1

	Autores	Frequência
34	FERREIRA, Carolina da Silva	1
35	SANTOS, Clezio Saldanha dos	1
36	DORNELLES, Beatriz	1
	Total	38

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação às instituições de origem dos autores, a Fundação Getúlio Vargas é a instituição de origem declarada em maior quantidade, com 4 artigos. Considerando que essa instituição possui programas de pós-graduação *stricto sensu* próprios em Administração Pública, este pode ser um fator que justifique a produção identificada.

Em segundo lugar aparecem a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Regional de Blumenau, com 3 autores cada.

A USP oferece programas de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado em todas as áreas do conhecimento, nas áreas de biológicas, exatas e humanas. Segundo o QS Latin American University Rankings 2014, ela é a segunda melhor Universidade da América Latina, ficando abaixo somente da Pontificia Universidad Católica de Chile (UC).

Segundo o mesmo ranking, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul também se encontra entre as dez melhores universidades da América Latina. De acordo com informações coletadas do site da UFRGS, ela possui uma escola de Administração que oferece programa de Pós-Graduação *stricto sensu*: Mestrados e Doutorados e programa de pós-graduação *lato sensu*, na área de Gestão Pública.

A Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e a Universidade Regional de Blumenau possuem programas acadêmicos, oferecem bolsas de iniciação científica além de diversas outras atividades que se destinam a complementar e enriquecer a formação do ensino.

Por fim, todas as demais universidades foram declaradas por apenas um ou dois autores.

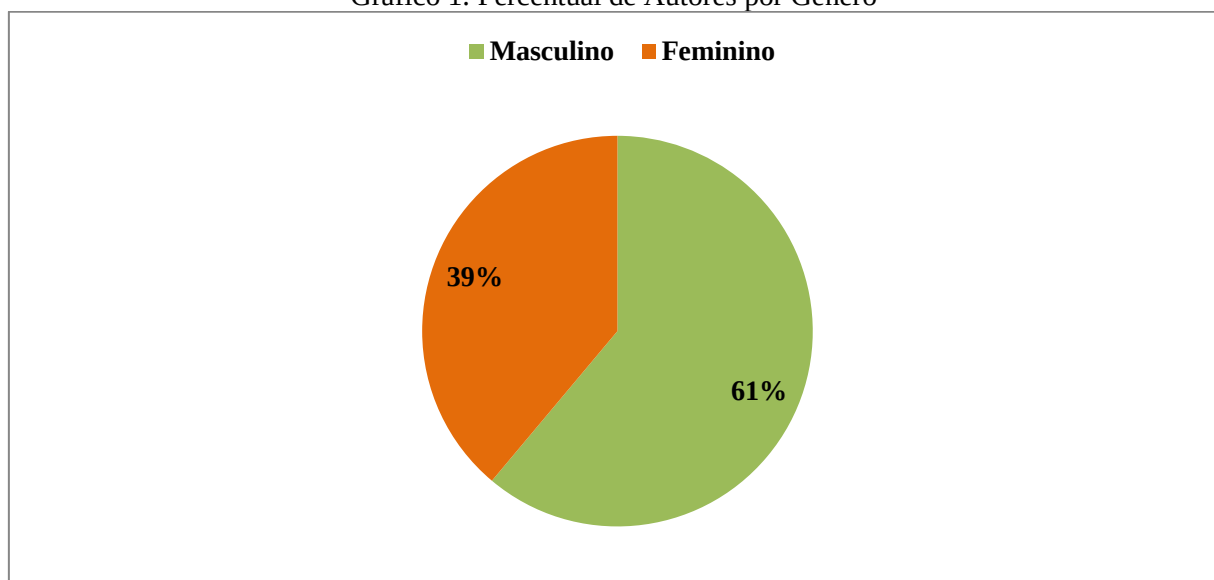
Quadro 5: Instituições de Origem Declaradas pelos Autores

Instituição	Nº autores	%
Fundação Getúlio Vargas	4	12%
Universidade de São Paulo	3	9%
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	9%
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	3	9%
Universidade Regional de Blumenau	3	9%
Universidade Federal de Minas Gerais	2	6%
Centro Universitário FACEX	2	6%
Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS	1	3%
Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul	1	3%
Universidade Estadual de Campinas	1	3%
Potsdam Institute for Climate Impact Research	1	3%
Instituto Federal do Maranhão	1	3%
Fundação Universidade Federal do Tocantins	1	3%
Universidade do Sul de Santa Catarina	1	3%
Universidade de Cruz Alta	1	3%
Universidade de Fortaleza	1	3%
Universidade Estadual Paulista	1	3%
Centro Universitário de Belo Horizonte	1	3%
Universidade Federal de Santa Catarina	1	3%
Universidade de Caxias do Sul e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	1	3%
Total	33	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao gênero dos autores, o Gráfico 1 apresenta os resultados. Nos 20 artigos selecionados, foram localizados 36 autores dos quais 61% deles são do sexo masculino e 39% são do sexo feminino.

Gráfico 1: Percentual de Autores por Gênero



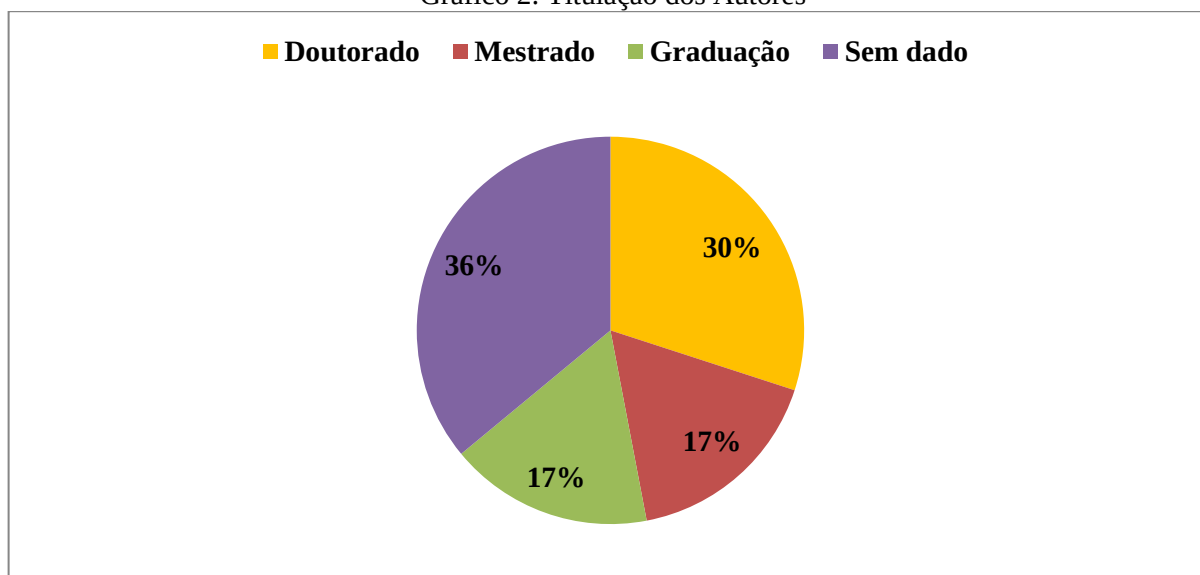
Fonte: dados da pesquisa.

Em relação à titulação dos autores da amostra, pode-se perceber que 30% declararam possuir doutorado, 17% mestrado, 17% apenas graduação. No entanto, o maior percentual, 36% dos autores, não informaram qual titulação possuem. Diante disso, não é

possível inferir que tipo de autor, em relação à titulação, mais se interessa pelo tema. Contudo, considerando o fato de a maioria dos autores terem apenas uma publicação, é possível questionar se esse percentual não seria de estudantes dos programas de pós-graduação que, atendendo à obrigatoriedade de publicação, apresentam estudos de caráter eventual.

Em relação aos autores que informaram a titulação, 30% declararam possuir doutorado, o que se pode inferir que esses autores podem seguir essa linha de pesquisa ou apenas escrevem sobre temas fora da sua área de atuação. O Gráfico 2, a seguir, apresenta o percentual de titulação dos autores, conforme explicado.

Gráfico 2: Titulação dos Autores



Fonte: dados da pesquisa.

Outro aspecto analisado foi a identificação dos autores mais citados no Referencial Teórico dos artigos da amostra. Segundo descrito no Quadro 6, os autores Ubiratan Souza e Tarso Genro foram os mais citados, 9 artigos no total, com a mesma obra. “Orçamento Participativo: A Experiência de Porto Alegre, 1997”.

Segundo informações constantes no *site* oficial de Tarso Genro, Tarso Fernando Herz Genro, é bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Santa Maria (RS) e especialista em Direito Trabalhista. Tem vários livros na área de Direito, Política e Literatura. Possui relação com o tema Orçamento Participativo, porque em 1988, foi eleito Vice-Prefeito de Porto Alegre pela Frente Popular, e no final de 1989 (ano da implementação do orçamento participativo) foi eleito Deputado Federal.

Segundo informações do Currículo Lattes da Plataforma do CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o autor Ubiratan de Souza é doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas no ano de 1984, segue linha de pesquisa em economia e possui interesse nas áreas de: Economia Monetária, Macroeconomia e Conjuntura, "Austrian Economics" (Escola Austríaca de Economia), Ética e Economia Personalista, Economia Empresarial, Economia e Instituições.

O segundo autor com maior número de citações foi Leonardo Avritzer, em 6 artigos. Porém, com mais de uma obra. Sua obra mais citada foi "O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico, 2003". Segundo informações do Currículo Lattes da Plataforma do CNPq (Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o autor Leonardo Avritzer possui pós-doutorado na área de Ciência Política, com especialidade em Teoria Política Moderna. Tem como linhas de pesquisa, Democracia e Participação Política, e publicou mais de 20 artigos em periódicos relacionados as suas linhas de pesquisa. Escreveu artigos com o autor Boaventura de Souza Santos.

Boaventura de Souza Santos também foi citado em 6 artigos, porém com obras diferentes. Ele possui doutorado em Direito pela Universidade Yale, New Haven, Connecticut, Estados Unidos. É um autor que possui mais de vinte livros publicados, alguns sobre o tema Orçamento Participativo como, por exemplo: "Orçamento Participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva, 2009".

Luciano Fedozzi foi citado em 4 artigos com a mesma obra, "Orçamento Participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre. O autor coordena o Grupo de Pesquisa Democracia Participativa, Esfera Pública e Cidades, possui doutorado em sociologia pela UFRGS. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2, segundo o CNPq, a categoria 2, é a que não há especificação de nível, onde será avaliada a produtividade do pesquisador, com ênfase nos trabalhos publicados e orientações, ambos referentes aos últimos 5 (cinco) anos.

Os outros autores foram citados em apenas 3 artigos, como mostra o Quadro 6, a seguir. Os autores que foram citados em 2 ou menos artigos foram suprimidos da análise.

Quadro 6: Autores mais Citados no Referencial Teórico dos Artigos da Amostra

Autores	Nº de artigos
SOUZA, Ubiratan e GENRO, Tarso	9
AVRITZER, Leonardo	6
SANTOS, Boaventura de Souza	6
FEDOZZI, Luciano	4
BRASIL, F. P. D	3
HARDY, C	3
LEAL, V.N	3
MINTZBERG, H	3
MOTTA, Paulo Roberto	3
TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves	3

Fonte: dados da pesquisa.

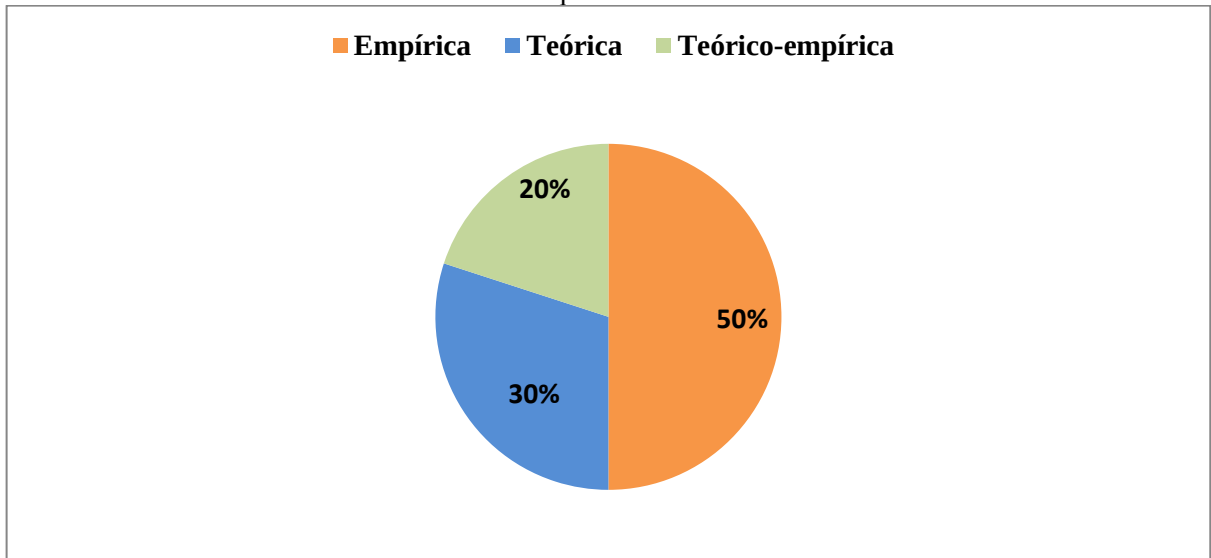
4.3 Sobre os procedimentos metodológicos

Esta seção aborda os procedimentos metodológicos utilizados pelos artigos no que diz respeito ao Enquadramento do Estudo. O Gráfico 3, a seguir, mostra que, os artigos puderam ser enquadrados como empíricos, teóricos e teórico-empíricos. Para Demo (2000), uma pesquisa empírica é aquela que produz e faz a análise dos dados, através do controle empírico. Esse tipo de pesquisa possibilita argumentações mais concretas, e os seus dados dependem do referencial teórico.

Já a pesquisa dita como teórica, é aquela que é utilizada, segundo Demo (2000), para reconstruir os conceitos, as ideias, as ideologias, as teorias e as polêmicas, com o objetivo de aprimorar os fundamentos teóricos.

Os artigos classificados como empíricos representam 50% do total dos artigos. Entre os demais, 30% foram os teóricos e 20% os classificados como teórico-empíricos. Como a maior parte dos artigos são estudos de caso, isso justifica o percentual dos artigos classificados como empíricos.

Gráfico 3: Enquadramento do Estudo



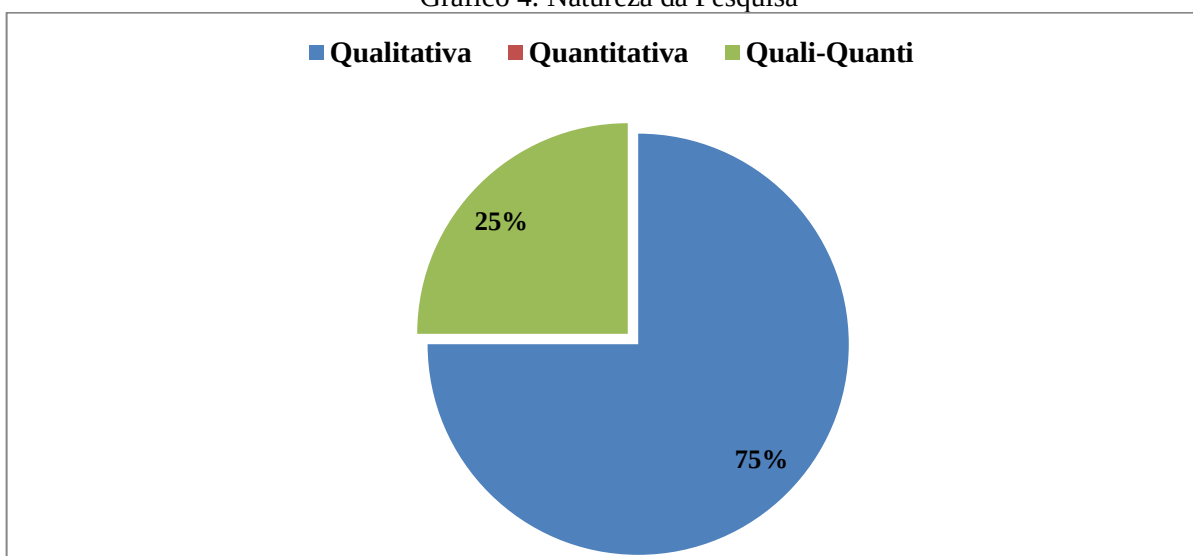
Fonte: dados da pesquisa.

No que se refere à Natureza da Pesquisa, verificou-se que, a maioria dos artigos analisados (75%) adotou abordagem Qualitativa. Os outros 25% dos artigos adotaram a abordagem Quali-Quantitativa. Para justificar a prevalência da abordagem Qualitativa nos artigos, faz-se necessário entender um pouco o que seria esse tipo de abordagem. Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa não pode ser definida como apenas aquela que não é quantitativa, ou seja, ela desenvolveu uma identidade própria. A pesquisa qualitativa faz uso do contexto e dos casos para perceber uma questão em estudo.

Para Godoy (1995), utiliza-se a pesquisa de campo e a pesquisa naturalística como sinônimo da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa não tem por objetivo enumerar ou fazer medição dos eventos que estão sendo estudados, nem utiliza instrumentos estatísticos para analisar os dados.

Os estudos que são qualitativos preocupam-se com a análise e o estudo do mundo empírico. O que é valorizado é o contato que o pesquisador tem com a situação e o ambiente que está sendo estudado (GODOY, 1995). Isso tem relação então com o fato de a maioria dos estudos ser empírica, conforme gráfico sobre enquadramento do estudo.

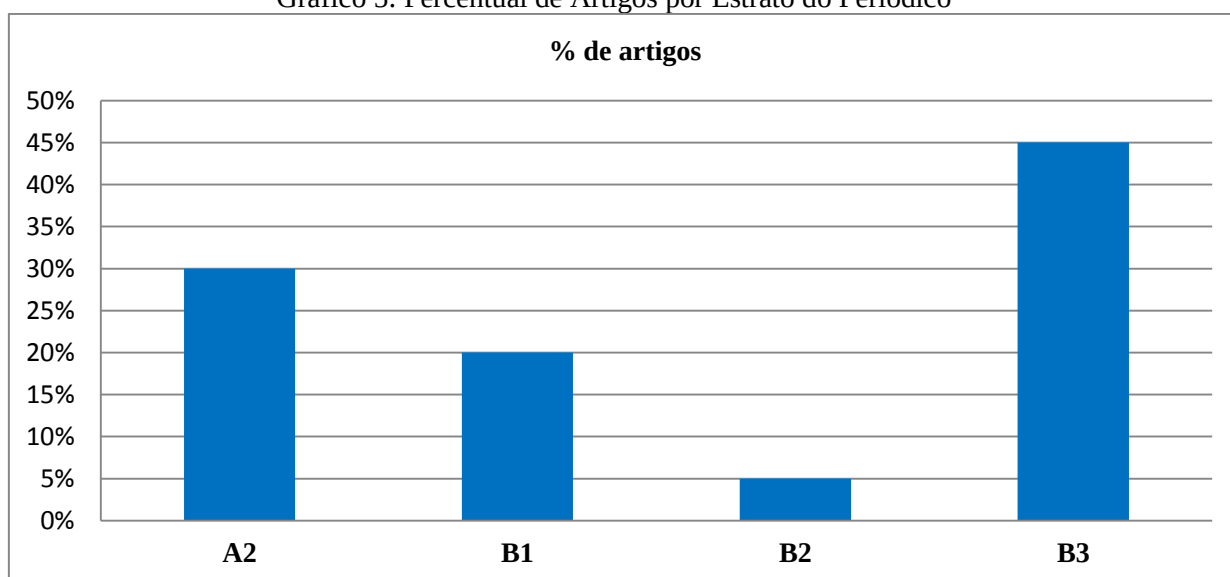
Gráfico 4: Natureza da Pesquisa



Fonte: dados da pesquisa.

Por fim, a Capes anualmente publica uma classificação dos artigos e eventos de cada área do conhecimento, atribuindo a cada caso (Periódicos ou Anais de Eventos), um ‘indicativo de qualidade’, no qual o classificado como mais qualificado é o A1, seguido por A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo que este tem peso zero. Utilizou-se nesse trabalho apenas os periódicos classificados como A2, B1, B2 e B3. No Gráfico 5 podemos perceber que, dos periódicos analisados, 45% deles se enquadram no estrato B3, 30% no A2, 20% no B1 e 5% no B2. Os periódicos classificados como A2 a B1 são mais exigentes, principalmente sobre a internacionalidade das referências, motivo pelo qual é mais difícil conseguir publicação.

Gráfico 5: Percentual de Artigos por Estrato do Periódico



Fonte: dados da pesquisa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo era proporcionar um panorama sobre a produção científica acerca do tema Orçamento Participativo, nos periódicos de Administração, foi analisado qualitativamente, os doze periódicos brasileiros no período de 2000 a 2014. A amostra é composta por 20 artigos e 36 autores.

Este estudo não pretendeu esgotar a análise da literatura nacional sobre Orçamento Participativo, em razão de ter selecionado os periódicos científicos exclusivamente em Administração, avaliados pela CAPES em Qualis igual ou maior a B3. A inserção de todos os periódicos em Administração, avaliados em Qualis de A1 a C, exigiria uma análise em mais de uma centena de periódicos, o que poderia dificultar a apresentação dos resultados.

De forma geral, foi possível apresentar resultados a respeito dos periódicos, das instituições e dos autores mais produtores sobre o tema em questão, a trajetória anual dos artigos, as principais abordagens, não somente metodológicas, mas também teóricas. Foi possível verificar que a maior parte dos artigos foram publicados no periódico Administração Pública e Gestão Social, correspondendo a 25% do total, e a Fundação Getúlio Vargas como a maior instituição de origem dos pesquisadores.

Em relação aos autores dos artigos, foi possível perceber que a maioria publicou apenas uma vez e só 2 autores que são: Hemerson Luiz Pase e Carlos Eduardo Facin Lavarda tiveram mais de 1 artigo publicado. Prevaleceu nos artigos da amostra os autores do gênero masculino, com 61% do total.

No que tange ao enquadramento do estudo, foi possível perceber que 50% dos artigos foram classificados como do tipo empírico e 75% apresentaram abordagem qualitativa. O estrato do periódico que teve um percentual maior foi o B3, com 45% do total.

Após esses levantamentos, sugere-se um possível estudo com todos os periódicos e a inclusão de dissertações e teses dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, em especial aos que apresentam registro ou linhas de pesquisa em Administração Pública.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca. Porto Alegre and the participatory budget: civic education, politics and the possibilities for replication. **FIM Cases Studies**. Quebec: Forum for Democratic Global Governace, 2007, p. 81 – 94. Disponível em: <http://fimforum.org/en/library/Porto_Alegre_and_the_Participatory_Budgeting.pdf>. Acesso em: abril de 2014.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495>>. Acesso em: junho de 2014.
- AVRITZER, Leonardo. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Belo Horizonte, 24, abril. 2014. Disponível em: < <http://lattes.cnpq.br/7269081571624734> >. Acesso em: maio de 2014.
- BHATNAGAR, Deepti. RATHORE, Animesh. TORRES, Magüi Moreno. KANUNGO, Parameeta. Participatory budgeting in Brazil. **Empowerment Case Studies**: Washington, DC: Banco Mundial, 2003. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/14657_Participatory_Budgeting_in_Brazil-web.pdf >. Acesso em: abril de 2014.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Manual Técnico de Orçamento MTO**. Versão 2012. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/mto/MTO_2012.pdf> Acesso em: abril de 2014.
- BRAVO, Maria Inês Souza e CORREIA, Maria Valéria Costa. Desafios do controle social na atualidade. **Serviço Social**, São Paulo, n. 109, p. 126 – 150, janeiro – março, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n109/a08n109.pdf>>. Acesso em: abril de 2014.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **WebQualis**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>>. Acesso em: abril de 2014.
- CARVALHO, Alice Kalivas de, MILLER, Laurie Jeanete. Orçamento Participativo: a Experiência do Distrito Federal. **Proposta**. Rio de Janeiro, n. 78, setembro – novembro de 1998. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_alice_carvalho_e_laurie_jeanete_miller.pdf>. Acesso em: abril de 2014.
- CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Produtividade em Pesquisa - PQ**. Disponível em: <<http://www.cnpq.br/documents/10157/5f43cefd-7a9a-4030-945e-4a0fa10a169a>>. Acesso em: maio de 2014.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/9890726277397527> >. Acesso em: maio 2014.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 33.712, de 14 de junho de 2012. Dispõe sobre o Orçamento Participativo do Distrito Federal – OPDF e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, no. 115, sexta feira, 15 de jun. 2012, p. 06 - 07. Disponível em: <<http://www.orcamentoparticipativo.df.gov.br/index.php/decreto-do-orcamento-participativo>>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Metodologia Passo a Passo do OPDF**. Disponível em: <<http://www.orcamentoparticipativo.df.gov.br/index.php/metodologia-passo-a-passo-do-opdf>>. Acesso em: abril de 2014.

EVANGELISTA, Lúcio. **Controle social versus transparência pública: uma questão de cidadania**. 34fl. Monografia [Especialização em Orçamento Público]. Tribunal de Contas da União. Brasília, 2010 Disponível em: <<http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2053966.PDF>>. Acesso em: abril de 2014.

FEDOZZI, Luciano. Práticas inovadoras de gestão urbana: o paradigma participativo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n. 100, p. 93-107, jan-jun, 2001. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/100/fedozzi.pdf>. Acesso em: abril de 2014.

_____. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Porto Alegre, 31 mai. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/2880900997835659>>. Acesso em: maio de 2014.

FELGUEIRAS, José Antônio. **Contabilidade pública**. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2007.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GENRO, Tarso F. **Página oficial**. Disponível em: <<http://tarsogenro.com.br/tracos-biograficos/>>. Acesso em: maio de 2014.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n.z., p. 57-63, mar - abr. 1995. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy.pdf>. Acesso em: maio de 2014.

_____. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai.- jun. 1995. Disponível em: <http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf>. Acesso em: maio de 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Estados**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=df>>. Acesso em: abril de 2014.

KRENJOVA, Jelizaveta e RAUDLA, Ringa. Participatory budgeting at the local level: challenges and opportunities for new democracies. **Haldus kultuur - Administrative Culture**, vol. 14, n. 1, 2013, p. 18-46. Disponível em: <<http://halduskultuur.eu/journal/index.php/HKAC/article/view/78/74>>. Acesso em: abril de 2014.

LAVARDA, Carlos Eduardo Facin. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Blumenau, 12, jun. 2013. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0990433322587449>>. Acesso em: maio de 2014.

LICÓRIO, Angelina Maria de Oliveira; SIENA, Osmar; ALMEIDA, Marcia Rejane de Araujo. Gestão do conhecimento: análise bibliométrica de produção científica no período de 1990 a 2012. **X Congresso Virtual Brasileiro – CONVIBRA – Administração**. São Paulo: 7 a 9 de novembro de 2013. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2013/31/2013_31_6950.pdf>. Acesso em: junho de 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PASE, Hemerson Luiz. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Pelotas, 07 de maio de 2014.

PIRES, Valdemir. **Orçamento participativo: o que é, para que serve, como se faz**. Piracicaba: Edição do Autor, 2001.

QS University Rankings. **Top 10 Universities in Latin America 2014**. Disponível em: <<http://www.topuniversities.com/university-rankings-articles/latin-american-university-rankings/top-10-universities-latin-america-2014>>. Acesso em: maio de 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Coimbra, 29, set. 2011. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/1538163681917366>>. Acesso em: maio de 2014.

SINTOMER, Yves; HERZBERG, Carsten e ROCKE, Anja. From porto alegre to europe: potentials and limitations of participatory budgeting. Tensions between local governance and local democracy. **The Hague** : Reed Business, 2007, p. 113-127. Disponível em: <http://www.cpa.zju.edu.cn/participatory_budgeting_conference/english_articles/Paper2.pdf> Acesso em: março de 2014.

SOUZA, Ubiratan Jorge Iório. **Currículo do sistema de currículos Lattes**. Rio de Janeiro, 07, abril. 2014. Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/0034740497744809>>. Acesso em: maio de 2014.

SPADA, Paolo. The economic and political effects of participatory budgeting. **Congress of the Latin American Studies Association**, Rio de Janeiro, Jun - 2009, pp. 21. Disponível em: <http://www.researchgate.net/publication/241756926_The_Economic_and_Political_Effects_of_Participatory_Budgeting>. Acesso em: abril de 2014.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>>. Acesso em: junho de 2014.

_____. **Escola de administração**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/escoladeadministracao/pos-graduacao/>>. Acesso em: junho de 2014.

WAMPLER, Brian. A difusão do orçamento participativo brasileiro: “boas práticas” devem ser promovidas? **Opinião Pública**, Campinas: vol. 14, nº 1, Junho, 2008, p.65-95. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/op/v14n1/03.pdf>>. Acesso em: maio de 2014.